

Artigo

**GÊNERO NA PISCICULTURA FAMILIAR E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
DINÂMICAS PRODUTIVAS E ORGANIZACIONAIS**

**GENDER IN FAMILY FISH FARMING AND ITS IMPLICATIONS FOR
PRODUCTIVE AND ORGANIZATIONAL DYNAMICS**

**GÉNERO EN LA PISCICULTURA FAMILIAR Y SUS IMPLICANCIAS EN LAS
DINÁMICAS PRODUCTIVAS Y ORGANIZACIONALES**

Palloma Rosa Ferreira

Doutora em Economia Doméstica, Universidade Federal do Tocantins (UFT),
Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: palloma.rosa.ferreira@gmail

Diego Neves de Sousa

Doutor em Desenvolvimento Rural, Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas,
Tocantins, Brasil. E-mail: diego.sousa@embrapa.br

Simone Dias Farias Santos

Mestranda em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins
(UFT), Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: simonedfarias1@gmail.com

Flavia Tavares de Matos

Doutora em Engenharia Ambiental, Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas,
Tocantins, Brasil. E-mail: flavia.tavares@embrapa.br

RESUMO

Diante da invisibilidade e do não reconhecimento da participação feminina na atividade rural e, especificamente, na piscicultura, este estudo analisa a participação de mulheres em três associações de piscicultura familiar no estado do Tocantins. A pesquisa, de natureza exploratória, adota abordagem qualitativa e quantitativa, incluindo entrevistas estruturadas com 26 piscicultores familiares filiados à Associação Bom Peixe (Palmas), à Associação de Aquicultura de Brejinho de Nazaré (Brejinho de Nazaré) e à Associação Peixe do Segredo (Lajeado), além de pesquisa documental. Os resultados evidenciam que, apesar da predominância masculina, as mulheres vêm conquistando maior espaço na piscicultura, tradicionalmente dominada por homens. Esse avanço representa um progresso em termos de equidade de gênero, mas ainda demanda ações que ampliem sua visibilidade e promovam sua inclusão efetiva no setor. A estrutura das associações tem papel estratégico nesse contexto, pois fortalece a cooperação, melhora as capacidades produtivas e negociais e facilita o acesso ao mercado – um dos principais desafios da piscicultura familiar. O estudo reforça a importância do associativismo como ferramenta de superação das limitações individuais, promovendo maior integração e valorização do trabalho feminino na piscicultura. Contudo, para que essa participação se amplie de

DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n1-91-2025>

Submitted on: 2.14.2025 | Accepted on: 2.17.2025 | Published on: 3.5.2025

maneira sustentável, é fundamental que sejam implementadas iniciativas que garantam suporte técnico, organizacional e políticas públicas voltadas à equidade de gênero no setor aquícola.

Palavras-chave: Associativismo. Mulheres. Mercados. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

Given the invisibility and lack of public recognition of women's participation in rural activities, particularly in fish farming, this study analyzes the involvement of women in three family fish farming associations in the state of Tocantins, Brazil. This exploratory research adopts both qualitative and quantitative approaches, including structured interviews with 26 family fish farmers affiliated with the Bom Peixe Association (Palmas), the Brejinho de Nazaré Aquaculture Association (Brejinho de Nazaré), and the Peixe do Segredo Association (Lajeado), in addition to documentary research. The results indicate that, despite male predominance, women have been gaining more space in fish farming, a field traditionally dominated by men. This progress represents an advancement in gender equity; however, further actions are needed to enhance their visibility and promote their effective inclusion in the sector. The structure of associations plays a strategic role in this context by strengthening cooperation, improving productive and negotiation capacities, and facilitating market access—one of the main challenges for family fish farmers. The study highlights the importance of cooperativism as a tool to overcome individual limitations, fostering greater integration and recognition of women's work in fish farming. However, for this participation to expand sustainably, it is essential to implement initiatives that ensure technical and organizational support, as well as public policies aimed at gender equity in the aquaculture sector.

Keywords: Cooperativism. Women. Markets. Public Policies. Regional Development.

RESUMEN

Ante la invisibilidad y la falta de reconocimiento público de la participación de las mujeres en las actividades rurales, particularmente en la piscicultura, este estudio analiza la participación de las mujeres en tres asociaciones de piscicultura familiar en el estado de Tocantins, Brasil. Esta investigación exploratoria adopta enfoques cualitativos y cuantitativos, incluyendo entrevistas estructuradas con 26 piscicultores familiares afiliados a la Asociación Bom Peixe (Palmas), la Asociación de Acuicultura de Brejinho de Nazaré (Brejinho de Nazaré) y la Asociación Peixe do Segredo (Lajeado), además de investigación documental. Los resultados indican que, a pesar de la predominancia masculina, las mujeres han ido ganando más espacio en la piscicultura, un sector tradicionalmente dominado por hombres. Este avance representa un progreso en términos de equidad de género; sin embargo, aún se requieren acciones que amplíen su visibilidad y promuevan su inclusión efectiva en el sector. La estructura de las asociaciones desempeña un papel estratégico en este contexto, ya que fortalece la cooperación, mejora las capacidades productivas y

de negociação, y facilita el acceso al mercado, uno de los principales desafíos para los piscicultores familiares. El estudio resalta la importancia del asociativismo como una herramienta para superar las limitaciones individuales, fomentando una mayor integración y reconocimiento del trabajo femenino en la piscicultura. No obstante, para que esta participación se expanda de manera sostenible, es fundamental implementar iniciativas que garanticen apoyo técnico y organizativo, así como políticas públicas orientadas a la equidad de género en el sector acuícola.

Palabras clave: Asociativismo. Mujeres. Mercados. Políticas Públicas. Desarrollo Regional.

INTRODUÇÃO

As desigualdades permanentes manifestadas nas relações entre homens e mulheres e as consequências destas desigualdades nos diversos espaços de convivência da mulher, intensificadas pela naturalização e reprodução de atitudes discriminatórias presentes na sociedade, representam um desafio global.

Na agricultura essa realidade não é diferente. No Censo Agropecuário de 2017, os dados apresentados demonstraram a existência de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, deste total, 4,11 milhões (81,3%) se encontravam sobre a gestão dos homens e apenas 946 mil (18,7%) estavam sobre a responsabilidade das mulheres. Dentro deste cenário, a agricultura familiar (AF) ocupa 3,89 milhões (77,1%) e fora dessa classificação foram identificados 1,16 milhões (22,9%). Em 2017, dentre os estabelecimentos da AF, apenas 19,7% eram dirigidos por mulheres (IBGE, 2017).

Especificamente em relação a atividade piscícola, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012) apontaram que as mulheres acumulam o trabalho doméstico e a geração de renda da família, e mesmo nestas circunstâncias enfrentam dificuldades para adquirem, com a atividade laboral que realizam, o status de profissionais. O que ajuda a inviabilizar o papel desempenhado pelas mulheres nas propriedades rurais, que mesmo desempenhando atividades que envolvem o manejo da produção, comercialização, gestão da propriedade e controle econômico da produção, o trabalho é considerado como tarefas de apoio, e não necessariamente como uma atribuição principal.

Assim, ao se voltar o olhar para a atividade piscícola, como pode ser notado nas informações apresentadas no Anuário da Piscicultura Brasileira 2024, a produção nacional de peixes de cultivo atingiu 887.029 toneladas no ano de 2023, com crescimento de 3,1% em relação a 2022 (Peixe BR, 2024). Contudo, o Anuário não contém informações referentes à relação entre a piscicultura familiar e a distribuição de gênero entre os produtores (as).

Diante dessa invisibilidade e do não reconhecimento público da participação das mulheres nas atividades rurais de modo geral, e na piscícola de forma particular, esse artigo pretende analisar a participação das mulheres em três associações de piscicultura familiar do estado do Tocantins.

De acordo com Silva e Nunes (2022), as associações e cooperativas oferecem vantagens significativas para os piscicultores familiares, elevando a renda desses produtores ao permitir maior poder de negociação coletiva, acesso a mercados mais amplos, economia de escala, compartilhamento de recursos e conhecimentos, além da distribuição de recursos entre os membros filiados.

Nesse sentido, as organizações coletivas representam alternativas promissoras para os pequenos piscicultores no Tocantins, permitindo que eles melhorem seus resultados e possam se incluir produtivamente via mercados. No entanto, é essencial que haja um comprometimento dos membros associados em prol do benefício coletivo, ao invés de priorizarem interesses individuais (Oliveira; Pedroza Filho, 2020). Um dos principais desafios da cadeia do pescado no Tocantins é justamente a ausência de estruturas coletivas robustas, que poderiam consolidar os pequenos piscicultores na profissionalização da gestão e comercialização do peixe, como observado por Filho, Barroso e Flores (2014).

MANIFESTAÇÃO DE DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO RURAL

A agricultura familiar compreende uma diversidade de grupos que residem em áreas rurais, todos fundamentados na estrutura familiar como principal organizadora e produtora, compartilhando a característica de serem administrados e conduzidos pela própria família (Souza, 2020). Este modelo de produção implica na autossuficiência da família na produção destinada ao consumo próprio, troca ou comercialização. Segundo a Lei nº 11.326/2006, a

agricultura familiar no Brasil é definida como uma atividade empreendedora rural conduzida e operada pela própria família, predominantemente com mão de obra familiar, cujos membros residem no mesmo estabelecimento ou em estabelecimentos próximos, e que não excede uma área de quatro módulos fiscais. Adicionalmente, esta legislação delimita que a agricultura familiar abrange uma variedade de atividades como: agrícolas, pecuárias, extrativistas, florestais, pesqueiras e piscícolas, todas desenvolvidas em ambientes rurais (Brasil, 2006).

Neste contexto, a piscicultura familiar, atividade que consiste na criação de peixes mediante controle humano (FAO, 2022) e a cadeia produtiva do pescado possui relevância para a economia e a sociedade, pois contribui significativamente para a geração de emprego e renda, especialmente entre famílias de baixa renda, além de fortalecer a segurança alimentar e nutricional dos piscicultores (Sousa, 2017).

No entanto, dentre os desafios está o reconhecimento do protagonismo da mulher na participação e administração das atividades produtivas. As desigualdades sociais presentes no meio rural perpassam por múltiplas formas, como patriarcado, violência doméstica, desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho (Silva, 2019). Em relação à última, historicamente se manifesta no cotidiano das tarefas realizadas pelas mulheres, com desvalorização do trabalho agrícola praticado por elas.

Deste modo, nota-se ainda uma predominância no âmbito rural de se considerar os homens como os trabalhadores centrais na propriedade, com a naturalização de que o trabalho da mulher se concentra nos cuidados com a família e os afazeres não remunerados, sendo consideradas ajudantes de seus companheiros. Todavia, no dia a dia das atividades praticadas, a contribuição das mulheres ultrapassa os cuidados domésticos e se desdobram no desempenho de atividades produtivas e comerciais (Bueno; Silva, 2020).

Dentro dessa discussão de gênero, de acordo com Saffioti (1999), a desigualdade vivenciada na sociedade entre homem e mulher é construída socialmente, em que o gênero masculino tem preponderância, em diversos

ambientes de convivência, inclusive, no familiar e doméstico, em relação ao gênero feminino.

Segundo Bordieu (2012) é por meio da distinção biológica entre os sexos, presentes no corpo masculino e feminino assentada, sobretudo na diferença anatômica entre os órgãos sexuais, que passou a ser utilizada como justificativa válida para acentuar a discriminação e a soberania do homem sobre a mulher, o que refletiu diretamente na divisão social do trabalho. Como salientado por Antunes (2010), é crucial perceber uma articulação entre as ações de classe e de gênero:

[...] uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (Antunes, 2010, p.53).

Assim, o autor acentua a necessidade da busca pela emancipação perante o capitalismo e ao gênero, como enfrentamento a todas e quaisquer formas de opressão e dominação.

É oportuno mencionar que, como acrescenta Moreno (1999), a concepção adrocêntrica ainda reina na sociedade e superá-la é uma tarefa difícil, visto que a própria mulher é condescende com o adrocentrismo, ao compartilhar dos seus pressupostos, sendo em muitos momentos, sua principal transmissora. Ainda seguindo na reflexão, a autora refere-se ao poder da linguagem, que na sua concepção, representa um sistema de pensamento coletivo e possui a capacidade de transmitir a forma de sentir, pensar e atuar de grande parte dos sujeitos sociais. Deste modo, os discursos podem significar uma forma de consagrar desigualdades e possibilitar a manutenção de formas hegemônicas de poder.

A relação entre homens e mulheres representa essa situação, com a permanência de discursos ainda sexistas e machistas em vários ambientes de convívio da mulher. De acordo com Moreno (1999, p. 34), “as palavras que escondem ideias implícitas atuam como estimulantes ou repressoras de uma eficácia muito superior à dos discursos claramente formulados”.

Contudo, Santos (2013) enfatiza que existem contradições no interior dos discursos, podendo indicar que a reprodução da ordem previamente estabelecida não é tão convincente e convicta, ou seja, o que é naturalizado passa a ser contestado, com a busca para efetivação de mudanças. Assim, encontram-se espaços para que as hegemonias sejam deslocadas ou modificadas e o instituído possa dar espaço para o instituinte (transformação do estabelecido).

Neste sentido, a inserção da mulher como filiada a uma organização coletiva pode representar um passo em direção a maiores possibilidades de sua inserção em mercados e potencializar a condução e gestão das atividades na unidade produtiva familiar, ou seja, serem protagonistas no empreendimento, a qual participam inteiramente das atividades de produção, gestão e comercialização.

ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS EMPREENDIMENTOS PISCÍCOLAS

As organizações sociais, como cooperativas e associações, tendem a ser espaços de oportunidades para a participação de diferentes públicos e, os agricultores (as) familiares podem se beneficiar com a filiação a essas organizações. Visto que as associações são sociedades civis sem fins lucrativos, com participação democrática de seus membros, que se organizam para alcançar objetivos comuns, podendo ser criada por diferentes motivos, como sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais (Pereira; Neves; Saldanha, 2018).

Ao defender a abordagem associativista, Sabbag et al. (2007) destacam que a formação de associações ou cooperativas de piscicultores, como estratégia para a compra conjunta de ração diretamente das fábricas em grandes quantidades, por exemplo, pode reduzir significativamente os custos na fase de pré-produção. Essa prática contribui para a melhoria da competitividade comercial do setor, ao otimizar recursos e fortalecer o poder de negociação dos produtores (as), visto que a ração é o item mais oneroso no custo de produção de uma piscicultura.

As organizações associativas se destacam como um ponto estratégico para a promoção da comercialização do pescado. De acordo com Silva e Nunes (2022), as associações e cooperativas oferecem vantagens significativas para os piscicultores familiares, elevando a renda desses produtores ao permitir maior poder de negociação coletiva, acesso a mercados mais amplos, economia de escala, compartilhamento de recursos e conhecimentos, além da distribuição de recursos entre os membros filiados.

No caso da piscicultura, a organização dos produtores em associações ou cooperativas pode ser uma estratégia eficaz para negociar melhores condições de compra, como no caso da ração, um dos principais custos de produção. A união também favorece a troca de experiências entre os produtores e facilita o acesso a novos mercados, promovendo a cooperação e aumentando a probabilidade de obter rendimentos mais estáveis ao longo do tempo (Oliveira; Pedroza Filho, 2020). Com isso, a constituição de associações e cooperativas é uma importante estratégia de inclusão produtiva, pois organiza os produtores para atender às exigências do mercado de maneira eficaz (Sousa; Ribeiro, 2023).

Essas estruturas organizacionais também permitem o aprimoramento da qualidade dos produtos, a redução de custos operacionais e o fortalecimento da competitividade. Elas promovem a integração dos produtores nos elos das cadeias produtivas, o que resulta em ganhos de escala e maior eficiência nos processos de produção e comercialização (Pedroza Filho; Barroso; Flores, 2014). No entanto, para serem bem-sucedidas, essas iniciativas precisam ser adaptadas à realidade da agricultura familiar, que se caracteriza por uma diversidade de estruturas e recursos limitados. Ajustes nos modelos organizacionais são necessários para melhorar a gestão e aumentar a competitividade dos produtores (Rigo *et al.*, 2011). No caso da piscicultura familiar, essas dificuldades se tornam ainda mais evidentes devido à alta perecibilidade do pescado, que exige uma logística ágil e eficiente para a comercialização, além de um planejamento estratégico para atender às demandas do mercado.

Nesse sentido, associações e cooperativas representam alternativas

promissoras para os pequenos piscicultores no Tocantins, permitindo que eles melhorem seus resultados e possam se incluir produtivamente via mercados. No entanto, é essencial que haja um comprometimento dos membros associados em prol do benefício coletivo, ao invés de priorizarem interesses individuais (Oliveira; Pedroza Filho, 2020). Um dos principais desafios da cadeia do pescado no Tocantins é justamente a ausência de estruturas coletivas robustas, que poderiam consolidar os pequenos piscicultores na profissionalização da gestão e comercialização do peixe, como observado por Pedroza Filho, Barroso e Flores (2014).

METODOLOGIA

Este estudo compreende uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. O percurso metodológico adotado incluiu entrevistas estruturadas realizadas com 26 piscicultores familiares filiados a três associações: 1. Associação dos Produtores de Peixes do Parque Aquícola Sucupira – Bom Peixe, sediada em Palmas; 2. Associação de Aquicultura de Brejinho de Nazaré - TO, em Brejinho de Nazaré; 3. Associação Peixe do Segredo, em Lajeado) concordaram em participar da pesquisa no ano de 2024, com um roteiro contendo perguntas de múltipla escolha, além da realização de pesquisa documental.

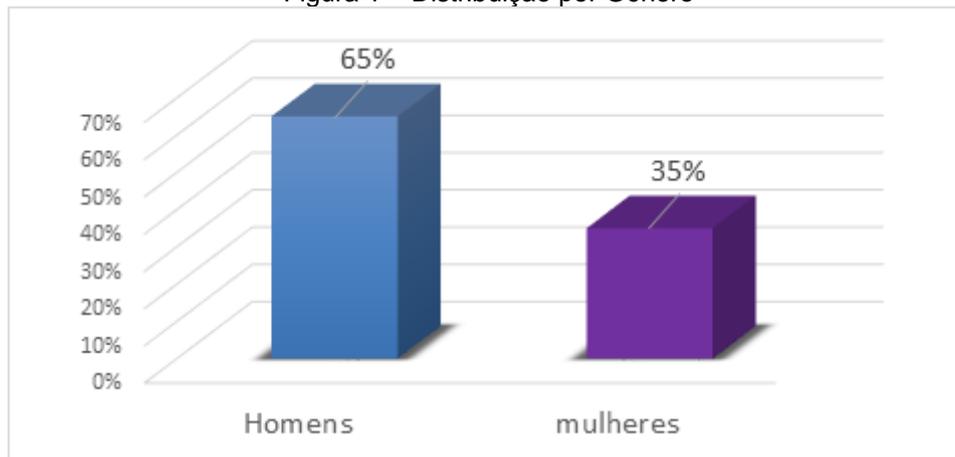
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres desempenham papel fundamental na cadeia de valor do pescado, contribuindo tanto na parte artesanal quanto em atividades empreendedoras relacionadas ao processamento e beneficiamento de produtos, especialmente quando têm acesso a tecnologias e capital (FAO, 2020). No entanto, ao analisar a distribuição de gênero nas associações de piscicultores analisadas aqui neste estudo, percebe-se uma disparidade significativa na participação feminina.

Em média, as mulheres representam 35% dos membros filiados das três associações pesquisadas, enquanto os homens 65% (Figura 1). Embora a presença masculina ainda seja predominante, nota-se um movimento gradual de

inserção feminina em um setor historicamente dominado por homens. Assim, conforme apontado por Santos, Sieber e Falcon (2014), a piscicultura tem representado um marco transformador na vida de mulheres que antes se dedicavam exclusivamente ao papel de donas de casa, promovendo não apenas independência financeira, mas também superação pessoal e profissional.

Figura 1 – Distribuição por Gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

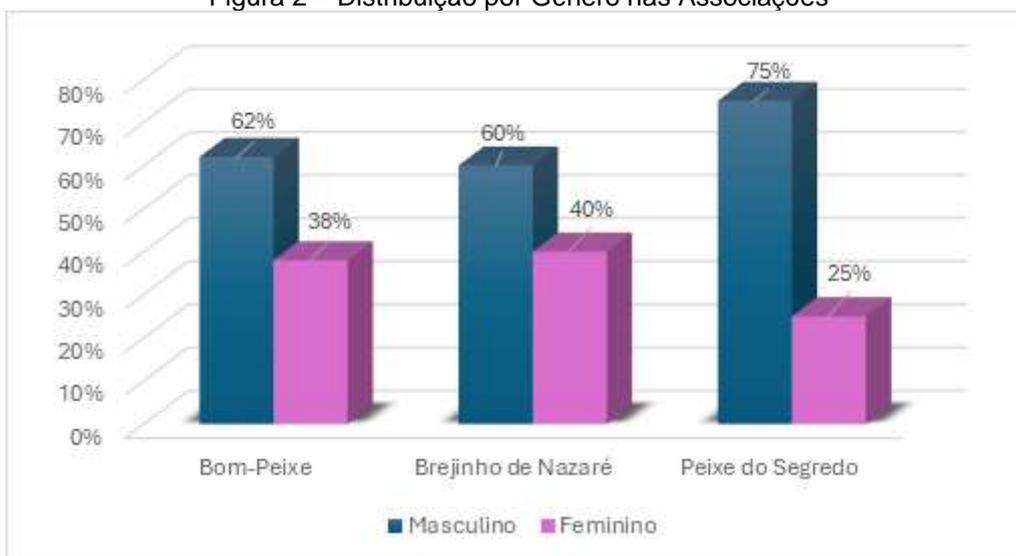
Na associação Peixe do Segredo, as mulheres constituem apenas 25% dos membros (Figura 2), evidenciando a maior disparidade entre as outras associações. Dados do Diagnóstico dos Parques Aquícolas da UHE Luiz Eduardo Magalhães reforçam essa desigualdade, apontando que, nos parques de Lajeado e Miracema, vinculados à associação Peixe do Segredo, 83% dos produtores são homens (Sepea, 2024).

Apesar desse cenário, a presença feminina em 35% das associações reflete avanços na representatividade de mulheres na piscicultura, sinalizando uma transformação gradual no setor aquícola. Esse movimento desafia padrões tradicionais, ampliando a participação feminina em atividades produtivas de relevância econômica e social.

Em um contexto global, porém, a participação feminina nas atividades aquícolas permanece limitada, enfrentando barreiras estruturais que restringem seu envolvimento. De acordo com a FAO (2020), as mulheres representam apenas 19% da força de trabalho na aquicultura e 12% na pesca de captura. Em contrapartida, as associações Bom Peixe e Brejinho de Nazaré apresentam uma

participação feminina mais expressiva, com 38% e 40% de mulheres entre seus associados, respectivamente. Esse cenário pode indicar a criação de ambientes mais inclusivos ou a influência de fatores locais que incentivam maior adesão feminina nas atividades de gestão e no manejo de pisciculturas.

Figura 2 – Distribuição por Gênero nas Associações



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Comparado com a região Norte do Brasil, onde as mulheres representam 54% da população rural (Peixe BR, 2023), percebe-se que ainda há espaço para aumentar a inclusão feminina na piscicultura. A progressiva ocupação de espaços produtivos por mulheres em organizações coletivas é um indicativo de que mudanças estão em curso, desafiando desigualdades históricas ao fortalecer a participação feminina no setor.

CONCLUSÃO

Nas três associações pesquisadas, observou-se que as mulheres estão conquistando espaços na piscicultura, anteriormente dominados por homens. Esse avanço representa um progresso na equidade de gênero, mas exige iniciativas que ampliem sua visibilidade e suporte, promovendo maior equilíbrio e inclusão no setor, visto a predominância masculina na filiação das associações e o reconhecimento público de serem os principais responsáveis pelos empreendimentos rurais.

Em relação ao associativismo, é possível acentuar que por meio da cooperação dos produtores (as) em torno de objetivos comuns, a formação de uma estrutura que possibilite superar as limitações individuais. Como acentuado, as associações desempenham papel estratégico ao fortalecer as capacidades produtivas e negociais dos piscicultores, ao mesmo tempo em que facilitam o acesso ao mercado, frequentemente identificado como um dos principais desafios para os piscicultores familiares.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) pelo apoio à pesquisa ora apresentada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição (10ª reimpr.rev. e ampl). São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 101-192.

Brasil. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006. Publicado no DOU de 25 de julho de 2006.

BOURDIEU, P. “Uma imagem ampliada”. In: **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.15-67.

Bueno, Caroline Tapia; Silva, Susana Maria Veleda da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista NERA**, v.23, n.51, p. 279-299, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Tocantins**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos, 2017. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 10 fev. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Brasília: FAO, SEAB/PR e IAPAR

EMATER, 2022. Disponível em:

<https://openknowledge.fao.org/bitstreams/6d6724b8-a021-4dd8-a4f4-035d36b94384/download>. Acesso em: 20 de ago. 2024

Maneschy, Maria Cristina; Siqueira, Deis; Álvares, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v.20, n.3, p. 713–737, 2012.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

OLIVEIRA, Bruna de; PEDROZA FILHO, Manoel Xavier. Perspectivas para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura no Tocantins. **Humanidades & Inovação**, v.7, n.14, p.1-10, 2020.

PALMAS. **Agência de Turismo, Prefeitura de Palmas**, Palmas, 04 de fev. de 2016. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/palmas-oferece-diversos-atrativos-turisticos-que-podem-ser-desfrutado-durante-o-carnaval/8198/>. Acesso em: 22 de abr. de 2024.

PEIXEBR - Associação Brasileira da Piscicultura. **Anuário PeixeBR da Piscicultura**. 2024.

RIGO, Ademir Silveira; CANÇADO, Antônio Carlos; SILVA, José Torres Junior (Org.). **Casos de ensino: cooperativismo e associativismo**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2011. 240 p.

SABBAG, O. J. et al. Análise econômica da produção de tilápias (*Oreochromis niloticus*) em um modelo de propriedade associativista em Ilha Solteira/SP. **Custos e @gronegocio online**, Recife, v. 3, n. 2, p. 86-100, 2007.

SAFFIOTI, H. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, p. 82-91, 1999.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; SIEBER, Shana Sampaio; FALCON, Dario Rocha. Piscicultura de base familiar como estratégia para o desenvolvimento rural: experiências no estado de Pernambuco. **Revista Extensão Rural**, v. 21, n. 1, p. 9, 2014.

SANTOS, V. B. dos. Homens, masculinidades, violência (Capítulo3). In: **Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero**. Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SCHULTER, Eduardo Pickler; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Evolução da piscicultura no Brasil: Diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva de tilápia**. Texto para Discussão, nº 2328. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

Silva, M. R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development**, v.5, n. 3, p. 2095-2105, 2019.

SILVA, R. M. A; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.61, n.2, p.e252661, 2023.

SOUSA, Diego Neves de; RIBEIRO DE JESUS, Maria Eduarda. A contribuição do cooperativismo para inclusão produtiva de agricultores familiares: estudo de caso no Tocantins, Brasil. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 31, n. 125, p. 1-21, jan./abr. 2023.

PEDROZA FILHO, Manoel Xavier; BARROSO, Renata Melon; FLORES, Roberto Manolio Valadão. **Diagnóstico da cadeia produtiva da piscicultura no Estado de Tocantins**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 5).

Pereira, Elizabeth Lima; Neves, Mateus de Carvalho Reis; Saldanha, Carolina Belei. **Associativismo e Gestão de Cooperativas**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 224 p.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura_– SEPEA. **Cadeia do Piscicultura no Tocantins**: cenário atual dos elos da piscicultura no estado do Tocantins. 2024. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/368956>. Acesso em: 28 de ago. 2024.